



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Para o 1.º de Maio

ALGUNS ENSINAMENTOS

Aproxima-se o 1.º de Maio, dia internacional dos trabalhadores. Em todo o mundo, as comemorações do 1.º de Maio são uma afirmação da força e das realizações revolucionárias da classe operária, da sua determinação de pôr fim em toda a parte à exploração e à opressão, da identidade internacional dos seus interesses e objectivos, da sua unidade por cima das fronteiras.

Também em Portugal é uma data com grandes tradições, que vêm de longe. Mesmo nas difíceis condições do fascismo, os trabalhadores assinalaram-na sempre ao longo dos anos. O 1.º de Maio de 1962, com a manifestação de 100.000 pessoas em Lisboa e as grandes greves e manifestações no Alentejo, que conduziram à histórica conquista da jornada de 8 horas pelos assalariados rurais numa vasta região, inscreve-se como uma das mais gloriosas jornadas na história do movimento operário português. É sobretudo desde então que, todos os anos, o 1.º de Maio é comemorado com manifestações, faltas em massa ao trabalho, greves, paralisações, reclamações, ampla agitação; reuniões de confraternização e muitas outras formas adaptadas às condições existentes. Tomando apenas os últimos anos, manifestações como as de Lisboa e Porto de 1969, do Barreiro, Moscavide, Sacavém, Vila Franca e Lisboa em 1970, do Porto em 1971 (20.000 pessoas) e outras, constituem grandes acções dos trabalhadores pelos seus direitos vitais, contra o fascismo e contra a guerra colonial, pela liberdade, por uma futura sociedade socialista.

As jornadas do 1.º de Maio têm sempre lugar fazendo frente à repressão fascista, que procura impedir e sufocar a sua comemoração pelos trabalhadores com manobras intimidatórias, ostensivo aparato e brutal intervenção das forças repressivas, prisões, agressões e espancamentos.

Nas condições do fascismo, a realização da jornada do 1.º de Maio exige uma muito cui-

dada preparação. São condições essenciais para o êxito o conhecimento dos problemas e do estado de espírito das massas, palavras de ordem justas, um forte trabalho de organização, uma ampla agitação.

É por isso altura de lembrar alguns ensinamentos de carácter geral, que devem estar presentes no espírito de todos os organismos e militantes do Partido nas vésperas de um novo 1.º de Maio.

Palavras de ordem justas

Uma preocupação basilar das organizações do Partido deve ser a de que as consignas políticas e reivindicativas e as formas de acção, que indicam, correspondam à situação concreta dos sectores a que se destinam.

Há, é certo, consignas políticas de âmbito nacional, indicadas para o 1.º de Maio pelos organismos de direcção central do Partido, em geral a Comissão Executiva do CC. Tal o caso das consignas contra a guerra colonial, contra a repressão, pelas liberdades democráticas, pela solidariedade ao Vietnam e outras, que, nos últimos anos, têm sido lançadas. Há também reivindicações, que podem ser em cada ano consideradas de âmbito nacional. Tal o caso, nos últimos dois anos, da luta pelo aumento de salários e contra a carestia de vida. Estas consignas de âmbito nacional dão justamente a todas as acções do 1.º de Maio, quaisquer que sejam as suas formas particulares em cada sector, uma direcção política comum.

Além das consignas gerais de âmbito nacional, é necessário, em cada sector, examinar com atenção se há outras consignas susceptíveis de mobilizar as massas para a jornada do 1.º de Maio. Dizemos «examinar», porque, de facto, se não trata de «supor», de «presumir», mas de estudar atentamente a situação existente no sector, os problemas que no momento são os mais vivos e os mais sentidos pelas

massas, e os objectivos, carácter, âmbito e importância das lutas em curso. Só a partir de tal exame, sério e responsável, se podem indicar correctamente consignas de carácter regional, local, de empresa, de sector.

A definição das formas concretas de acção para a jornada exige não menor cuidado e rigor.

Tem de ter-se em conta, em primeiro lugar, as grandes diferenças das «tradições» e antecedentes regionais e locais quanto ao carácter da jornada.

Há, por exemplo, regiões, localidades e profissões em que é tradição não se trabalhar nesse dia, outras em que se trabalha. Há regiões onde é habitual a realização de reuniões diversas de confraternização dos trabalhadores, outras em que não há essa prática. Há sectores em que o 1.º de Maio é tradicionalmente uma jornada de luta, outros em que é tradicionalmente uma festa. Estas e outras diferenças devem ser obrigatoriamente tidas em conta ao definirem-se as formas de acção para a jornada. Isto não significa que as organizações do Partido se limitem a indicar que se faça o que é tradição fazer-se. O Partido tem de dar um conteúdo político e reivindicativo à jornada, mobilizar as massas, fazer do 1.º de Maio uma jornada de luta. Mas, se não se têm em conta tais diferenças, é impossível definir correctamente as formas de acção.

Em muitas regiões, localidades e profissões, a consigna «não trabalhar no 1.º de Maio!», para ser levada à prática, exige um enormíssimo trabalho de agitação e organização. Se é seguida pelas massas, o facto representa, só por si, uma importante jornada de luta. Noutras regiões, localidades e profissões, onde é hábito não trabalhar no 1.º de Maio, essa consigna tem menor significado e o necessário é encontrar e indicar formas de acção, tendo em conta, entre outros elementos, o facto adquirido que se não trabalha nesse dia.

Para a definição das formas de acção para a jornada, tem de ter-se em conta, em segundo lugar, a situação concreta existente na altura, tanto no país no seu conjunto, como em cada região e sector.

A conjuntura política, o carácter, intensidade e amplitude das lutas em curso nas empresas, noutros locais de trabalho, nos sindicatos, o grau de actividade das outras frentes de combate ao fascismo (movimento democrático, movimento estudantil, luta contra a guerra colonial, etc.) são importantes factores que devem ser considerados.

É completamente diferente a perspectiva da jornada do 1.º de Maio, se se vive num momento de fluxo da luta operária e popular, ou num momento de refluxo; se se atravessa uma época de grandes lutas de massas, ou de

relativa estagnação; se há ou não motivos recentes de profunda indignação popular ou de estímulo da sua combatividade.

Para a definição das formas de acção para a jornada, tem de ter-se em conta, em terceiro lugar, os factores subjectivos, ou seja, a organização existente à escala nacional e em cada sector, o grau da sua ligação com as massas, a sua capacidade de mobilização e de direcção das massas.

Como adiante veremos, a organização representa um papel decisivo para grandes acções de massas e as debilidades orgânicas estão na raiz de não poucos insucessos.

Todos estes factores têm de ser atentamente considerados ao definir-se a orientação para o 1.º de Maio. É indispensável estudar e utilizar as experiências de outros anos e de outros sectores. Mas, querer repetir num ano o que se fez noutros, em que a situação era diversa, querer copiar mecânicamente numa região ou sector experiências verificadas noutras regiões ou sectores em situações muito diversas, é caminhar para o fracasso. A assimilação e utilização das experiências e a definição de palavras de ordem justas, tanto quanto aos objectivos, como quanto às formas de acção, exigem o conhecimento e a análise da situação concreta. Este é um princípio capital.

Uma das condições essenciais para que isso possa ser feito é a ligação do Partido com as massas, o conhecimento do sentir das massas.

O estado de espírito das massas

É outro princípio basilar da acção revolucionária que a vanguarda não pode conduzir as massas à luta, se não conhece os seus problemas, as suas aspirações, o seu estado de espírito, as suas disposições de combate.

Isto não significa que a vanguarda se limite a apurar o que pensam as massas. Não. Estreitamente ligada às massas, a vanguarda contribui, pela sua acção, experiência e exemplo, para a definição dos objectivos das massas, para a tomada de consciência pelas massas do caminho da luta, para o aumento do espírito combativo das massas. Mas, em cada momento, necessita de conhecer exactamente o que se passa nas massas, ouvi-las e saber também aprender com elas.

As experiências do 1.º de Maio mostram que nem sempre as organizações do Partido, ao definirem a orientação para a jornada, compreenderam essa necessidade. Isso tornou-se evidente, em vários anos, no que respeito à palavra de ordem de realização de grandes manifestações.

Em Lisboa, por exemplo, em 1971 e 1972, as

massas não corresponderam aos apelos da organização regional e local. As causas do facto são diversas e complexas e o seu estudo não cabe no âmbito deste artigo. Mas um facto é indiscutível: o estado de espírito das massas não era aquele que julgavam os organismos e os quadros, que decidiram a orientação. O Partido não conhecia verdadeiramente o que pensavam e sentiam as massas no sector.

Sucedem, por vezes, em reuniões realizadas para traçar a orientação para o 1.º de Maio, aparecerem informações genéricas de que «há entusiasmo», «as massas estão dispostas», «só esperam a ordem», etc. Tais informações são de muito valor, se se apoiam num número suficiente dos factos. São perigosamente enganadoras, se partem de observações superficiais. Por isso, há sempre que procurar saber, no concreto, em que se apoiam as informações acerca do estado de espírito das massas e, se a sua exactidão é duvidosa, não as tomar como base de importantes decisões.

Tem também sucedido que, num primeiro exame, se chega à conclusão de que há ou não há condições para tal ou tal forma de acção. Mas, pouco depois, muitas vezes à última hora, sem que haja elementos novos significativos, mas apenas por qualquer ideia precipitada, ou por uma questão de brio e emulação porque se tem conhecimento que noutros sectores se prevêem maiores acções, se alteram as palavras de ordem, as formas de luta, o dispositivo anteriormente decidido. Isso sucedeu em Lisboa em 1971. Vira-se e decide-se não haver condições para manifestações de rua. Mas resolveu-se depois, subitamente, sem qualquer sólido fundamento, apelar para elas. Decidiu-se um esquema para as manifestações (sítio, hora, etc.). Mas, em alguns sectores, tudo isso foi alterado nos últimos momentos. Essas deficiências pesaram bastante nos fracos resultados da jornada no sector.

Um plano de acção pode naturalmente ser alterado. Podem fazer-se correcções ao que foi anteriormente estabelecido. Se, ligadas às massas, as organizações se apercebem, de que a situação, a disposição das massas, as perspectivas mudaram, não só podem, como devem tomar as medidas apropriadas, incluindo alterações na orientação das palavras de ordem, do plano de acção, se o tempo ainda o permite. Mas com sólidos fundamentos, com um conhecimento real da situação nos seus aspectos objectivos e de organização.

Na preparação de grandes jornadas como as do 1.º de Maio, algumas tendências negativas têm aparecido e são de combater. O subjectivismo leva organizações e camaradas a pronunciarem-se sobre as possibilidades, as perspectivas e as palavras de ordem, não na base da análise objectiva da situação, mas de «impressões» e «deduções». O subjectivismo

conduz nuns casos a tomarem-se os desejos por realidades e darem-se palavras de ordem que não são seguidas pelas massas; conduz noutros casos à descrença nas possibilidades de acção e a uma posição de expectativa. Ligadas ao subjectivismo estão concepções voluntaristas, segundo as quais basta à vanguarda indicar o que fazer para ser seguida pelas massas, e a rotina, que leva à repetição de ano para ano e de sector para sector de palavras de ordem, que, por não corresponderem à situação, não encontram eco nas massas.

Tais tendências estão na origem de muitos insucessos verificados em jornadas do 1.º de Maio.

Todas têm de comum a insuficiente ligação com as massas e a falta de conhecimento do sentir das massas, que, por sua vez, têm como causas fundamentais as debilidades do trabalho de organização.

O trabalho de organização

Para a preparação, desenvolvimento e justa direcção de movimentos de massas, a organização desempenha um decisivo papel.

Em primeiro lugar, porque a organização é o canal mais seguro para que o Partido conheça os problemas, as aspirações, o estado de espírito e a combatividade das massas.

Sem uma forte organização enraizada na classe operária e nas massas, tal conhecimento é incompleto e falível. Ele só se obtém verdadeiramente, quando é o resultado da acção constante, diária, das organizações do Partido implantadas nas fábricas, noutros locais de trabalho, nas organizações de massas, nos bairros e aldeias, quando é o resultado do contacto, consulta e discussão das organizações e militantes do Partido com trabalhadores sem-partido, em torno dos seus problemas, das lutas em curso ou em preparação, das perspectivas. O conhecimento do estado de espírito das massas assenta no apuramento cuidadoso das informações e opiniões das organizações e militantes de base do Partido, e não na dedução subjectivista (a partir de indícios indirectos) por parte de alguns camaradas responsáveis, por muito capacitados que sejam.

Na história do Partido, incluindo nas jornadas do 1.º de Maio, as organizações de base, pela sua ligação estreita com as massas, estiveram muitas vezes em condições de conhecer e acompanhar o seu verdadeiro estado de espírito e de dar assim um sólido fundamento a palavras de ordem, que foram seguidas por milhares e dezenas de milhares de trabalhadores.

Inversamente, se, num momento dado, as organizações de base, particularmente nas empresas, são escassas e débeis, se as organizações e militantes do Partido não estão ligados às massas, é impossível conhecer, com um mínimo de rigor, o estado de espírito destas. Tal situação, quando se verifica, aconselha moderação e prudência acerca de projectos e decisões de grandes acções das massas com as quais precisamente não há suficiente ligação e actividade.

Em diversos anos, em Lisboa, colocou-se a realização de grandes manifestações de rua no 1.º de Maio, em momentos que, por virtude de recentes golpes de repressão, a organização do Partido estava extremamente enfraquecida, em que o Partido estava desligado dos sectores operários mais importantes, ou realizava aí de momento uma fraca actividade de massas. Numa tal situação, só por coincidência das palavras de ordem para grandes manifestações com um processo espontâneo bastante avançado, aquelas poderiam ser seguidas. No geral, em tal situação, as palavras não correspondem ao sentir e à disposição das massas e não são seguidas por estas.

Em segundo lugar, a organização desempenha um decisivo papel na realização de grandes acções de massas, porque só a organização enraizada nas massas permite assegurar a sua mobilização, a sua condução à luta, o seu esclarecimento, a superação de hesitações que se manifestem, a comunicação de alterações no plano de acção, o constante encorajamento e a correcta direcção.

A agitação é um poderoso instrumento, ao qual se devem, em grande parte, importantes acções de massas, mas não pode substituir este papel da organização.

A experiência, tanto das jornadas do 1.º de Maio, como de todas as grandes acções de massas (grandes greves, manifestações, etc.), mostra que, mesmo existindo uma forte organização, é extremamente difícil, quando a previsível repressão fascista cai sobre as massas em luta, manter a ligação com as massas e orientá-las, tanto na ofensiva, como no recuo, quando este se impõe. Sem um forte trabalho de organização, a condução de grandes lutas de massas torna-se praticamente impossível. Um apelo, pode, em certas circunstâncias, levar as massas a grandes acções. Só a organização pode dirigi-las efectivamente.

A decisão de empreender grandes acções de massas (designadamente grandes manifestações de rua e grandes greves) deve, por tudo isso, assentar na existência de uma forte organização estreitamente ligada às massas, que o Partido se propõe mobilizar.

No trabalho de organização, ligado a este objectivo, há dois aspectos a considerar.

Um é o estado da organização do Partido no

momento respectivo, à sua extensão, os seus efectivos, a sua estruturação, a sua operatividade, a sua implantação nos locais de trabalho, o grau da sua influência de massas, as características dos quadros dos organismos intermédios e de base. A criação de uma forte organização partidária é um trabalho de fundo e não se pode modificar sensivelmente, a situação existente, quando se entra na preparação do 1.º de Maio. Em relação com este aspecto, cabe a todos os organismos do Partido, que traçam a orientação para o 1.º de Maio, fazer um balanço da força da organização existente, e ter seriamente em conta as suas possibilidades.

Um outro aspecto é o trabalho de organização com vistas às jornadas do 1.º de Maio, ou seja, a realização de reuniões de trabalhadores, a ampla discussão das jornadas em preparação, a criação de organismos especiais para a agitação (brigadas) e para a condução das lutas e acções nas formas que forem consideradas, incluindo organismos destinados à preparação, arranque e condução de manifestações de rua.

Quaisquer que sejam as formas de luta, não se pode confiar na improvisação ou na espontaneidade. É sempre necessário um sério trabalho de organização realizado com a necessária antecedência. Na grande manifestação do Porto contra a carestia da vida em 15 de Abril de 1972, o sucesso deve-se em larga medida a esse anterior trabalho de organização.

Tratando-se de amplas acções de massas, há toda a vantagem na criação (para variadas tarefas) de organismos de carácter unitário. Na preparação do 1.º de Maio de 1972 em Lisboa, foi considerado uma deficiência o facto de que nelas participaram quase exclusivamente membros do Partido e simpatizantes. A constituição dos organismos que se entenda serem necessários, não deve ter lugar de afogadilho, mas com tempo e como resultado duma decisão reflectida.

O trabalho de agitação

Na preparação das jornadas do 1.º de Maio, o Partido tem realizado, já há número apreciável de anos, uma verdadeira agitação de massas. Além de manifestos dos organismos centrais do Partido, das Direcções das grandes regiões, de Comités Locais mais importantes, numerosos sectores editam variadas tarjetas, cuja tiragem conjunta sobe a centenas de milhar de exemplares e cuja difusão, levada a cabo por brigadas formadas para o efeito, levam as palavras de ordem do Partido a amplas massas da população. As tarjetas editadas pelos sectores, insistindo nas palavras de ordem decididas, têm revelado imaginação, gosto gráfico, espírito prático e inci-

sivo para tocar as massas. Em 1972, o total de exemplares de manifestos e tarjetas para o 1.º de Maio ultrapassou 300.000. Noutros anos tem sido ainda superior. Acrescentem-se as inscrições, cartazes, bandeiras, foguetes e petardos e outras formas de agitação e tem de concluir-se que a agitação para o 1.º de Maio tem constituído, quase todos os anos, uma curta mas intensa campanha de agitação de massas. Trata-se de um êxito real que deve ser sublinhado e que tem de prosseguir.

As campanhas de agitação para o 1.º de Maio não devem diminuir de intensidade. Pelo contrário. Onde a situação conspirativa e orgânica e os meios técnicos o permitam há que ir ainda mais longe. Há que melhorar os métodos e que apurar a execução. Há, entre outras coisas, que escolher melhor, em alguns sectores, os locais para inscrições e distribuição de tarjetas, tendo em vista particularmente as massas trabalhadoras. Há que fazer apelo à imaginação criadora dos militantes. Tem-se feito bastante. Pode-se fazer mais e melhor.

A agitação pelo 1.º de Maio é já por si uma grande acção, que toca amplas massas. Pode ser correcto comemorar-se uma grande data apenas com uma jornada de agitação. Em muitos momentos da história do Partido, se o 1.º de Maio tivesse sido marcado com agitação ao nível da que se tem feito nos últimos anos, ter-se-ia considerado o facto um extraordinário sucesso. Simplesmente, a situação evoluiu e presentemente em Portugal as tradições do 1.º de Maio, a combatividade dos trabalhadores, a influência do Partido, permitem ir muito além das acções de agitação, permitem que a agitação, além do seu próprio valor como instrumento de esclarecimento político, seja um instrumento de mobilização de massas para as acções que se entenda podem e deverem realizar-se.

Por isso é necessário superar certas concepções erradas acerca do papel da agitação, que, na preparação do 1.º de Maio, têm aparecido com frequência.

O que essas concepções têm de mais característico é a sobrestimação do trabalho de agitação e do seu poder mobilizador. A sobrestimação manifesta-se na convicção de que, sem um sério trabalho de organização, se pode conseguir realizar grandes acções de massas, designadamente grandes manifestações de rua, pelo aumento das tiragens de manifestos e tarjetas e a sua mais ampla distribuição. Essa convicção manifesta-se particularmente quando, em alguns casos, se alteram consignas anteriores amplamente difundidas e se cuida que, sem a ligação directa dos militantes com as massas, bastarão novas tarjetas com novas

consignas para orientar as massas.

É um ensinamento constantemente comprovado na prática revolucionária que a agitação não pode dispensar o trabalho de organização. Mas, na preparação do 1.º de Maio, mais que uma vez, em tal ou tal sector, se esqueceu este ensinamento.

Em 1971, apesar de que só em Lisboa foram distribuídos 150.000 exemplares de manifestos e tarjetas para o 1.º de Maio, a grande manifestação para que se fez apelo não teve lugar. No mesmo ano, no Porto, distribuíram-se 132.000 manifestos e tarjetas para o 1.º de Maio e a manifestação realizou-se com a participação de 20.000 pessoas. Porque, num caso, as massas responderam ao apelo do Partido e noutro caso não? Não se pode dar a esta pergunta uma resposta simplista. Pesar sem dúvida muitos factores. Mas é de notar a grande diferença do trabalho de organização que foi feito nas duas cidades. Enquanto no Porto foi ganha para a ideia da manifestação e mobilizada com esse objectivo toda a organização do Partido, foi reforçada a ligação com as massas, foram intensificadas em Abril as lutas reivindicativas com essa perspectiva, foi preparada a organização da própria manifestação, em Lisboa o trabalho de organização foi muito deficiente e os grupos e brigadas formadas tiveram uma acção reduzida.

É necessário ter bem firme a ideia de que, só por si, a agitação não pode assegurar a realização de grandes acções de massas, designadamente grandes manifestações.

Entretanto, uma vez que são superadas as concepções erradas referidas, se não se espera o «poder milagroso» dos manifestos, se as forças e energias não são desproporcionadamente absorvidas com o trabalho de agitação, se, ao mesmo tempo, se realiza um sério trabalho de organização, então a agitação é uma arma poderosa, que desperta largas massas, que lhes indica o caminho, que divulga entre elas as consignas fundamentais, e que contribui em larga medida para o êxito das grandes acções, que as organizações e militantes, ao mesmo tempo, em contacto directo com as massas trabalhadoras, falando às massas e ouvindo as massas, preparam cuidadosamente em todos os seus aspectos.

O trabalho preparatório para o 1.º de Maio desenvolve-se fundamentalmente nas fábricas, nas empresas, nos locais de trabalho, sempre que possível ligado a lutas em curso.

O que decide de uma grande jornada do 1.º de Maio é o interesse e a mobilização da



classe operária e das massas trabalhadoras para ela. Os estudantes com frequência e o movimento democrático em alguns casos têm dado também uma contribuição positiva às jornadas do 1.º de Maio. É de agir para que continue e se intensifique essa contribuição. Mas o 1.º de Maio deve conservar o seu carácter de jornada dos trabalhadores conduzida fundamentalmente pelas organizações da classe operária e dos assalariados em geral. São de combater tendências para desvirtuar este carácter do 1.º de Maio.

O governo tem empregado sistematicamente a repressão para impedir os trabalhadores de comemorarem o 1.º de Maio. Este ano novamente se tem de contar com grande aparato das forças repressivas, com a prática ocupação militar de alguns centros industriais; com as acções prévias de intimidação; com as ameaças e prisões «preventivas». Trata-se dos obstáculos habituais, criados pelo governo fascista. Ao darem-se palavras de ordem, tem de contar-se com esta realidade. Se se dão palavras de ordem para uma manifestação de rua numa cidade determinada, é porque se considera que, apesar das forças repressivas, há força bastante para que os trabalhadores venham à rua manifestar. Não é por isso correcto explicar-se depois o fracasso duma palavra de ordem porque houve grande aparato das forças repressivas. Estas podem (em certa medida) barrar ruas, impedir a passagem em tal ou tal sítio, mesmo em tal ou tal bairro. Mas, se há uma verdadeira mobilização popular organizada, as manifestações acabam por dar-se, quanto mais não seja nos percursos naturais de afluência aos lugares previstos para manifestações.

Os militantes do Partido têm que dirigir esse

trabalho de massas, têm de encabeçar decididamente as acções, mas encabeçar as acções das massas não é aparecer isolado à sua frente e muito menos aparecer só a vanguarda em vez das massas. Seria um erro grave conceber uma manifestação de rua como uma concentração de militantes e simpatizantes, sem terem consigo as massas. Lênine sempre advertiu dos perigos de lançar a vanguarda sozinha no combate. Fazê-lo seria caminhar para a derrota, para a perda de quadros e para a liquidação de organizações, sem qualquer real proveito revolucionário.

Lançar-se a palavra de ordem de manifestação de rua significa que se conta (com o trabalho de organização e agitação) poder mobilizar as massas para ela. Isto é essencial.

A manifestação de rua não é porém a única forma de acção adequada ao 1.º de Maio. Há muitas outras formas. Tanto formas de luta directa (abandono do trabalho, greves, paralisações, reclamações, etc.) como formas festivas (reuniões, convívios, pic-nics, sessões culturais, etc.), que, apesar de certa chentagem esquerdista, se devem considerar muito positivas.

A conjuntura política, o agravamento da situação económica, a tensão social existente, as lutas operárias que se têm travado, o movimento sindical, a reanimação da luta política, as acções dos estudantes, indicam uma situação objectiva favorável a uma grande jornada de luta.

Os progressos do Partido, a mais estreita ligação das suas organizações e militantes com as massas, indicam também factores subjectivos favoráveis.

O êxito dependerá da justeza da orientação que se adoptar e do trabalho que se realizar para a sua aplicação.

COMBATE À INCONFIDÊNCIA

Os Estatutos do Partido, no artigo 9, alínea i), indicam, entre os deveres dos membros do Partido, «defender com todo o zelo os segredos do Partido» e estar vigilante contra a inconfidência. Existem todavia muitos camaradas que não têm sempre presente estes princípios e cometem as mais variadas inconfidências.

Fora do organismo a que pertencem e dos contactos com o organismo superior, falam de tarefas que realizaram, de problemas de quadros, de encontros efectuados com tal ou tal

camarada, de tarefas e responsabilidades, de outros camaradas e de muitas outras questões de natureza compartimentada e conspirativa.

Para esta divulgação dos segredos do Partido, para esta falta a um dever consignado nos Estatutos, encontram-se com frequência «explicações» e «justificações». Estas nada diminuem a gravidade da inconfidência. A defesa dos segredos do Partido é um dever de cada comunista, que nenhum está autorizado a quebrar, seja com que justificação for.

Não pretende esta nota tratar o assunto em

profundidade, mas apenas chamar uma vez mais a atenção de todos os camaradas para a necessidade de combater severamente as **inconfidências**.

Cite-se, para terminar, um exemplo de recente data.

Tendo, por necessidade de trabalho partidário, entrado em contacto directo com a organização duma empresa, um camarada funcionário, constatou que, apesar desses camaradas nunca o terem visto e não sabem quem ele era, conheciam variados detalhes sobre as suas particularidades físicas. Isto é, o camarada funcionário tinha sido retratado por responsáveis da organização local aos camaradas da referida empresa.

A divulgação do «retrato» do funcionário é uma grave **inconfidência**. Poderá dizer-se que os membros do Partido a quem é feita uma **inconfidência** saberão guardar segredo. A verdade é que a **inconfidência** de um anima a **inconfidência** de outros e de boca em boca o segredo pode sair do Partido e chegar a um informador da PIDE. Admitamos pois que a PIDE tomava conhecimento de que o funcionário, que controlava a organização aludida,

possuía as características tais e tais. Se se tratava de um funcionário conhecido da polícia, não seria difícil a esta concluir exactamente quem era. A PIDE sabe, em muitos casos, que determinados camaradas estão na clandestinidade, mas, não conhecendo as regiões onde eles se encontram e trabalham, terá muito mais dificuldade em os localizar e prender. Mas, se sabe que o funcionário A anda na região B e que vai à localidade C, organiza a «caçada» a esse camarada, que passa a correr gravíssimos riscos.

Mas, mesmo que não se tratasse de um camarada conhecido da polícia, indicações acerca do físico dos militantes constituem uma indicação para o inimigo, que pode, a partir daí, localizá-los.

A citada **inconfidência**, assim como outras do mesmo género, podem representar a prisão de um camarada, com o que isso significa para o próprio camarada e para o Partido.

Não cometer **inconfidências** é criticá-las imediatamente sempre que outros as cometam é um dever de todo o militante e uma imperiosa necessidade para a defesa do Partido.

Sobre os organismos do Partido

Os organismos do Partido são constituídos, em geral, por pequenos grupos de camaradas que, reunindo regularmente, discutem, decidem e realizam as tarefas que há que levar por diante.

Na verdade, como se sabe (os Estatutos do Partido explicam-no), as condições de clandestinidade em que o Partido vive não permitem infelizmente, a não ser em casos muito raros, a realização de Assembleias. Mesmo a reunião de um conjunto de mais de 4 ou 5 camaradas já exige condições especiais que é necessário analisar com muito cuidado e não repetir demasiadas vezes.

Por tais razões, se numa empresa existe um número de camaradas que ultrapasse os 3 ou 4, na é aconselhável a existência de um único

organismo. Normalmente será correcto haver um organismo reduzido para dirigir todo o trabalho na empresa, a que se chama o **secretariado da célula** e outros organismos, também reduzidos, de responsabilidade inferior, correspondentes a uma ou mais secções da empresa, a que normalmente se chama **núcleos**. A célula da empresa é o conjunto de todos os militantes aí existentes.

Outros exemplos de organizações (locais, de classe, militares, etc.) apresentam sempre uma estruturação dos membros do Partido em que estes estão agrupados em pequenos conjuntos que são os organismos do Partido.

Se as condições de clandestinidade não permitem como regra, nem a realização de assembleias, nem a eleição dos organismos dirigentes, se elas não recomendam, sequer, uma



prática normal de reuniões com um número de camaradas superior a cinco, maior importância ganha, nestas condições, a necessidade de fazer um trabalho colectivo dentro dos organismos reduzidos em que assente a actividade partidária.

Sabe-se perfeitamente que o trabalho colectivo, isto é, o estudo do sector, a discussão dos problemas existentes, a tomada de decisões sobre as tarefas, o controle da sua efectivação, tudo isto feito em conjunto por um dado número de membros do Partido, com exame atento das diversas informações e opiniões, não só torna possível conclusões e decisões mais acertadas, como educa os militantes num trabalho mais responsável, mais consciente.

É verdade que há certas tarefas especiais que aconselham que o controle da sua actividade seja feito numa base individual. Também, por vezes, um contacto nesta base é realizado, por exemplo, a um novo membro do Partido que é o único numa dada empresa ou local, ou a um militante que chegou a um sector e ainda não se definiu bem qual a sua tarefa, ou a um outro que pode estar provisoriamente num dado sítio, etc. É defensável, em tais condições, a manutenção de um controle individual, embora este deva considerar-se com um carácter provisório.

Mas fora de tais casos de excepção, todos os membros do Partido deveriam fazer parte dum dado organismo, deveriam fazer um trabalho colectivo, reunindo regularmente com outros camaradas.

Pode dizer-se que tudo o que se fizer no sentido da estruturação do Partido, isto é, da organização dos militantes em organismos com vida regular, é contribuir para melhorar o trabalho quotidiano do Partido e educar os seus quadros.

Esta questão, que não poucas vezes se tem discutido e se procura resolver, não deve ser o assunto só dos camaradas mais responsáveis. Todos os membros do Partido devem ter esta preocupação: a de fazerem parte de um organismo do Partido que reúna regularmente, para isso vencendo as dificuldades práticas que por vezes surgem para se realizarem as reuniões

e aquelas que existem em alguns para aceitar o trabalho colectivo.

Os organismos do Partido, por mais modestos que sejam, são pedras basilares da actividade partidária. A experiência mostra claramente que quando um organismo reúne normalmente, discute nas suas reuniões os problemas que lhe competem, toma decisões, realiza as tarefas e faz o controle concreto do que foi determinado, então esse organismo vai ganhando experiência, vai-se fortalecendo, vai tendo um papel cada vez mais eficaz no trabalho geral do nosso Partido.

Nas condições em que se realiza a nossa actividade, salvo quebra de ligação, um organismo tem sempre alguém que o controla, um membro do Partido do escalão acima do organismo.

Muitas vezes as reuniões do organismo são realizadas com a presença do controlador. É, porém conveniente que os organismos estejam em condições de reunir também sem o seu controlador e que o façam sempre que necessário.

É uma prática má dentro do Partido se um organismo, mesmo quando há questões muito urgentes a decidir fica à espera do controlador para reunir, tomar decisões e actuar.

O artigo 14 dos Estatutos do Partido afirma:

«Dentro da esfera da sua acção, todas as organizações do Partido devem ter a mais ampla iniciativa, desde que as suas resoluções não contradigam a linha do Partido e resoluções dos órgãos superiores».

A capacidade de um organismo para mesmo sem a presença do controlador tomar decisões conformes à linha do Partido e às resoluções dos organismos superiores, é um índice que caracteriza a qualidade do seu trabalho.

Em conclusão, importa dar saliência a duas ideias fundamentais acerca dos organismos do Partido:

- trabalhar para que todos os membros do Partido, de um modo geral, façam parte de um organismo do Partido, com reuniões e actividade regulares.
- trabalhar para que todos os organismos do Partido tenham grande margem de iniciativa na esfera da sua actividade.

PROGRESSOS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

No decurso de 1972 reforçaram-se as tendências positivas no movimento estudantil. Aumentou a politização, não nas palavras mas no combate, das massas estudantis. O PCP consolidou o seu prestígio. Criou-se e reforçou-se a UEC. As Associações de Estudantes (AAEE) suportaram vitoriosamente grandes ofensivas repressivas. Evidentemente que muitos perigos espreitam o movimento. O inimigo, o fascismo, procede a manobras de toda a espécie e intensifica a repressão. Os verbalistas, que perderam influência, acentuam o carácter reacçãoário da sua actividade. Subsistem debilidades orgânicas. Necessita de ser mais esclarecida a importância revolucionária de algumas direcções de luta. Mas é indelmentível: durante o ano de 1972, o movimento estudantil deu importantes passos em frente.

Com o povo trabalhador, contra o fascismo

Os estudantes participaram activamente em grandes jornadas de luta popular, como a grandiosa manifestação de 40.000 pessoas no Porto, a 15 de Abril. Contribuíram para a reactivação do movimento democrático e para o movimento de apoio aos presos políticos. Manifestaram a sua solidariedade a lutas dos trabalhadores.

O movimento associativo continuou porém a ser a principal forma de participação dos estudantes na luta popular. Em Lisboa, em Coimbra e no Porto, em greves gerais de Escolas e de Academia, em Plenários e outras grandes reuniões, em manifestações de rua, participaram para cima de três dezenas de milhar de estudantes.

O protesto contra o cobarde assassinato do estudante Ribeiro dos Santos — a greve total na Universidade de Lisboa, as greves, a manifestação de 1.500 estudantes e a concentração de 1.000 estudantes liceais no Porto, a manifestação em Santos (5.000 pessoas) e no cemitério da Ajuda, quando do funeral — constituiu uma ampla e vigorosa acção contra os crimes da PIDE, contra o fascismo.

Um facto novo e positivo consiste na maior consciência por parte da massa dos estudantes de que as suas lutas próprias se integram na luta geral do nosso povo contra a ditadura fascista. O governo tudo faz para separar o movimento estudantil do povo trabalhador, os estudantes da juventude trabalhadora. Fomenta o anticomunismo, procura tornar o Ensino Universitário ainda mais reservado às classes dominantes. Os verbalistas, tanto pelas suas teses como pela sua prática, dirigem a sua actividade contra a unidade efectiva dos estudan-

tes com o povo trabalhador. Mas a tendência geral em 1972 foi para que as lutas estudantis convergissem com crescente clareza para os objectivos políticos essenciais definidos pela UEC na sua «Declaração».

Objectivos políticos

Fazendo frente à política fascista, os estudantes lutam contra a repressão fascista e pelas liberdades democráticas. O governo fecha AAEE, enche as escolas de polícia, cria um corpo de polícias especiais adstritos ao MEN («os gorilas»), impede os estudantes progressistas de se matricularem, expulsa das escolas, prende, tortura e condena dirigentes estudantis. Coloca escolas (Universidade de Coimbra e Faculdade de Direito de Lisboa) em efectivo estado de sítio e em Coimbra chegou a implantar o recolher obrigatório em toda a cidade.

A repressão, os estudantes têm respondido com a luta de massas. As principais lutas estudantis deste ano enquadraram-se na luta contra a repressão, pelas liberdades democráticas. O protesto contra o assassinato de R. dos Santos, as lutas do Técnico e Económicas em Maio-Julho-Setembro, que constituíram grandes vitórias do movimento estudantil, as acções de Coimbra em Maio, de que faz parte a manifestação de 4.000 estudantes do Bairro Marechal Carmona, acções massivas em Medicina, Agronomia, Letras e Direito de Lisboa, Engenharia no Porto, e noutras escolas, colocaram em causa a política antidemocrática, repressiva e provocatória do regime e exigiram o respeito pelos direitos dos estudantes, o castigo dos assassinos, a libertação dos estudantes presos, a reabertura da AAEE, a dissolução da PIDE-DGS. Massivas lutas pela defesa das AAEE são quase constantes.

Embora a participação dos estudantes nas várias formas de organização e de acção do movimento democrático, accuse ainda sérias debilidades, as direcções e reivindicações fundamentais do movimento estudantil em 1972 mostram que as condições se tornam mais favoráveis a uma tal participação.

Os estudantes lutam contra a guerra colonial e o colonialismo. As acções estudantis contra a guerra colonial atingiram este ano uma extensão e intensidade superior à de qualquer época passada. Não é de admirar. A indignação pela política colonialista do fascismo é, certamente, uma das raízes da politização estudantil. A esmagadora maioria dos estudantes pronuncia-se contra a guerra colonial. As deserções aumentam. Os estudantes não querem ir para uma guerra injusta e criminosa. Os estudantes são activamente solidários para com os povos



da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que lutam pela liberdade e independência.

Nas principais manifestações de rua, em que participaram milhares de estudantes, em Lisboa, em Coimbra e no Porto, as palavras de ordem «Abaixo a guerra colonial!», «Independência para as colónias!», foram das que mais se fizeram ouvir. Os estudantes duma escola (o ISA) fizeram greve de um dia, como protesto contra uma afirmação racista de um professor. A agitação nos cursos e em boletins cresce. Pela primeira vez desde o princípio da guerra, os estudantes de Lisboa, pela sua assembleia representativa, o Plenário, afirmaram claramente a sua oposição à política colonialista do fascismo. O movimento estudantil confirma o seu papel de importante destacamento anticolonialista.

Os estudantes lutam contra o imperialismo e pela verdadeira independência de Portugal.

Em 1972 intensificaram-se muito as acções de solidariedade ao heróico Vietnam. Em todas as acções de rua as massas estudantis exprimiram a sua solidariedade ao povo vietnamita. Em várias faculdades foram feitas colectas para o Hospital Nguyen van Troy a erguer em Hanoi. Formaram-se comissões de solidariedade à luta do povo vietnamita. Os estudantes manifestaram também a sua solidariedade para com outros povos da Indochina, para com os povos árabes e da América Latina.

A luta contra a dominação de Portugal pelo imperialismo também não esteve ausente do movimento estudantil. O comunicado à população aprovado no Plenário de Lisboa em Maio denunciava a acção imperialista no nosso país. Mas tem de verificar-se que está aqui um dos pontos débeis do movimento. O exemplo da classe operária, a acção dos estudantes comunistas e progressistas, são factores tendentes a alterar esta situação.

Os estudantes lutam pela reforma geral e democrática do ensino. As lutas pedagógicas seguem nitidamente uma tendência democrática. Os estudantes lutam contra o ensino fascista, denunciam, justamente, as «reformas» à Veiga Simão. Os estudantes de vanguarda e em particular os comunistas trabalham para esclarecer os problemas do Ensino a partir duma concepção democrática, para uma maior coordenação e unificação das lutas, para perspectivar as muitas lutas que tem havido, parcelares e dispersas, para grandes objectivos unificadores.

Táctica, organização, unidade

No que respeita à táctica, são largamente seguidas as ideias gerais (preconizadas pelos estudantes comunistas e por outros antifascistas) de que as formas de luta e os objectivos devem ter a adesão das mais amplas massas, de que os activistas devem dirigir a sua acção para a massa dos estudantes, de que são de enorme importância a unidade e as alianças, de que é na luta por objectivos concretos e imediatos que se forja e se desenvolve o movimento estudantil.

Não basta naturalmente aceitar em teoria (como fazem alguns) a importância da luta por objectivos concretos e imediatos e das formas de acção que sejam massivas. É necessário adoptar as que efectivamente unam combativamente os estudantes e estejam de acordo com a correlação de forças.

Os problemas da organização são dos mais sérios que se põem actualmente no movimento estudantil. Os estudantes unitários defendem o aprofundamento da democraticidade do movimento associativo, a responsabilidade permanente dos activistas face às massas, a formação dum vasto número de dirigentes eleitos nas Reuniões Gerais de alunos (RGA), nos cursos, nas secções, etc. Ainda que tenha havido progressos, continuam a radicar no campo da organização as principais debilidades do movimento. Em todas as frentes de luta é necessário reforçar a organização.

Os estudantes unitários guiam-se na sua acção pela ideia de que a unidade estudantil é decisiva para a vitória e tem por base a mais larga unidade combativa das massas. Preconizam a unidade de acção da vanguarda estudantil. Em primeiro lugar com os estudantes que, manifestando embora hesitações em relação a uma ou outra ideia verbalista, são movidos no essencial por sentimentos revolucionários. Estes estudantes muitas vezes idealizam os países socialistas, o processo revolucionário, o próprio desenvolvimento do movimento estudantil e caem num fácil criticismo. Os estudantes comunistas, sem abandonar as suas posições de princípio, não procuram rotular tendências nos estudantes sinceramente dispostos à unidade na acção revolucionária, mas esclarecer os problemas no concreto e agir unitariamente. Não se pode falar actualmente de luta pela unidade sem referir a luta contra o cisionismo. O com-

bate ao cisionismo dos verbalistas é uma importante tarefa da luta pela unidade.

Nos progressos da luta estudantil em 1972, teve importante papel a UEC, fundada em Fevereiro. Os estudantes comunistas foram nas escolas, simultaneamente os mais combativos nas questões de princípio e os campeões da unidade e estiveram à frente das lutas mais importantes. Entretanto, este período demonstrou que é necessário desenvolver maiores esforços ainda para reforçar a UEC, melhorando o funcionamento dos organismos existentes, aumentando a coesão, o espírito de responsabilidade e iniciativa e a firmeza política dos militantes, reforçando a organização, melhorando a ligação da direcção com a base.

O papel dos verbalistas

Os verbalistas, designadamente os que se intitulam maoístas, exercem uma influência desorganizadora e desorientadora no movimento estudantil. Devem-se-lhes muitos insucessos, recuos e derrotas nas lutas dos estudantes.

A sua acção tem-se revelado particularmente prejudicial no movimento associativo. Quando conseguem tomar a direcção de AAEE, ou encaminham estas por uma via aventureirista, que dá fácil pretexto à intervenção repressiva, ou caem no mais podre oportunismo e capitulacionismo. Quando as massas estudantis colocam à frente das AAEE estudantes unitários, logo recorrem aos «golpes», às manobras, à invocação e falsas representatividades, ao falseamento de resultados, à contestação desagregadora, à sabotagem, à calúnia e aos mais baixos processos de provocação, com o objectivo, de chamar a repressão fascista contra as direcções unitárias. As campanhas de calúnias contra dirigentes das AAEE (ISCEF, Coimbra, etc) classificam também aqueles que as fazem. Como a sua influência no movimento associativo tem diminuído e perderam posições, procuram impedir ou sabotar a luta pela reabertura das AAEE e começam a contestar o próprio movimento. Dominados por um mesquinho espírito de seita, preferem a liquidação do movimento associativo, à existência dum poderoso movimento de massas, desde que dirigido por estudantes unitários, desde que não reconheça a sua liderança. O desenvolvimento do movimento associativo exige que o verbalismo seja desmascarado, isolado, batido no plano ideológico e no plano da acção prática.

Em toda a sua acção, a começar pela acção

ideológica, os verbalistas têm um papel negativo. Em palavras, pronunciam-se contra o capitalismo e pelo socialismo. Mas concentram os seus ataques contra a União Soviética, contra o movimento comunista, contra o PCP, isto é, contra as principais forças do socialismo no mundo e em Portugal. Escondendo-se atrás duma linguagem aparentemente extremista e de «esquerda», caem no mais clássico oportunismo de direita, ao negarem o carácter fascista do actual regime, ao condenarem a luta pelos direitos democráticos dos estudantes, contra a repressão, pelo derrubamento da ditadura fascista. Em palavras fazem por vezes uma demagogia democrática, mas no fundo desprezam as massas e procuram ridicularizar as eleições, quando estas lhes são desvantajosas. Em palavras pronunciam-se pela luta por objectivos concretos e imediatos e pela diversidade das formas de luta mas escolhem umas e outras, sem quererem saber dos resultados para a luta e a vitória dos estudantes. Não é isso que os preocupa. Os verbalistas têm como quase exclusivo objectivo da sua acção, não a defesa dos interesses dos estudantes, não a vitória de um ideal político, mas o predomínio, sectário e intolerante, das suas pequenas seitas.

No ano de 1972, os verbalistas sofreram sérios desaires e aumentou o seu desprestígio. Por isso, aproveitando a repressão que cai sobre o movimento unitário e que em muitos casos eles próprios provocaram, procuram reconquistar posições, recorrendo aos processos mais variados, incluindo uma certa aproximação dos problemas dos estudantes. Isto indica o terreno que perderam. No movimento associativo, as massas estudantis convencem-se, pela sua própria experiência, da linha da acção aventureirista, desagregadora e liquidacionista dos verbalistas. No plano político, cada vez está mais desmascarada a sua demagogia esquerdista. Eles gritam provocatoriamente contra os «revisionistas», mas a UEC reforçou a sua influência, aumentaram as iniciativas relativas à popularização das realizações da União Soviética, e é sintomático que, numa assembleia, mais de 500 estudantes romperam em aplausos ao ser referido o «Avante».

Se os estudantes unitários prosseguirem com confiança a sua acção, não cedendo às chantagens e provocações dos verbalistas, estes caminham inexoravelmente para o isolamento das massas.



Perspectivas imediatas

O ascenso que se está dando nos movimentos operário e democrático e que tudo indica se acentuará, as dificuldades acrescidas do fascismo no plano nacional e internacional, reforçam as condições favoráveis a uma ofensiva do movimento estudantil.

No que respeita às condições internas do movimento, existe um intenso descontentamento das massas estudantis, que é previsível se acentuará ainda mais com o prosseguimento da guerra colonial e a ofensiva reacçãoária do governo no Ensino Superior.

O reforço da unidade das massas estudantis, o apoio crescente de que gozam os estudantes associativos e unitários, são também condições positivas. Persistem entretanto debilidades que é necessário superar. É necessário fortalecer todo o trabalho de organização, unificar e perspectivar a luta pedagógica, esclarecer melhor a importância da luta contra a ditadura fascista e pelas liberdades democráticas.

A UEC, num recente documento da sua Comissão Central, indica, como perspectiva de

desenvolvimento do movimento estudantil, o fortalecimento do movimento associativo, que continua a ser a base e direcção principal da luta estudantil, e o levantamento a seu lado duma frente de massas de carácter abertamente político.

Para o movimento associativo são indicadas três principais direcções de trabalho: a luta contra a repressão e pelas liberdades democráticas; a luta contra o Ensino fascista e por um Ensino Democrático; o fortalecimento da acção associativa no campo cultural, desportivo e de convívio.

No campo das acções abertamente políticas, a UEC indica como direcções principais: a luta pelas liberdades democráticas, a luta contra a guerra colonial, a luta contra o imperialismo e de solidariedade ao Vietnam (que se coloca agora em termos novos com o acordo para o restabelecimento da paz), a participação dos estudantes nas jornadas de luta do povo português, a acção dos estudantes no movimento democrático.

Os progressos registados em 1972 levam a encarar com confiança o desenvolvimento da acção no ano que começa.

Perguntas e Respostas

P. No título do «Avante», a foice e o martelo estão voltados para a direita, no «Militante» para a esquerda e, noutras edições do Partido, ora para a esquerda, ora para a direita. Têm estas posições algum significado particular?

R. O trabalhador que pega na foice ou no martelo vê qualquer dos dois instrumentos voltados para a esquerda, quando os utiliza no seu trabalho. Pode por isso considerar-se que essa é a posição mais natural num desenho. Entretanto, em todos os países, em livros, jornais, cartazes, emblemas, etc., utilizam-se as duas posições.

O título do «Avante» tem tido ao longo dos anos vários desenhos e a posição da foice e do martelo tem variado. No número 1 (15 de Fevereiro de 1931) estavam voltados para a esquerda. Em 1934, o desenho do título foi substituído, ficando a foice e o martelo em posição contrária. Em 1937-38, novo desenho de título e a posição voltou à primitiva. Em 1941, regressou-se ao desenho aproximado dos anos 1934-36, que se manteve até hoje.

As diferenças de posição da foice e do martelo foram determinadas apenas por preferência dos artistas que desenharam os títulos. Pode discutir-se o gosto. Pode haver razões para

preferir a posição aberta para a esquerda, tal como no «Militante». Mas não se trata de um problema político, como em várias épocas (e mesmo recentemente) têm posto a correr intriguistas e inimigos do Partido, a começar pela PIDE.

P. Numa publicação comunista estrangeira, li que não é exacta a informação segundo a qual os dirigentes chineses teriam pretendido que o pensamento de Mao Tse Tung é «o marxismo dos nossos dias». Os dirigentes chineses nunca teriam feito tais afirmações. Quem fala verdade?

R. «O pensamento de Mao Tse Tung (diz, por exemplo o comunicado da 11.ª sessão plenária do Comité Central eleito no VIII Congresso do Partido Comunista da China) é o marxismo-leninismo da época em que o imperialismo caminha para o seu total afundamento e em que o socialismo marcha para a vitória no mundo inteiro» (Texto publicado na revista «China», n.º 9, especial, de 1966, Edições em Línguas Estrangeiras de Pequim, p. 20).

Esta afirmação foi feita, não uma, mas vezes sem fim. Negá-la é querer deitar poeira nos olhos de pessoas mal informadas.